

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
15ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
GASTÃO FABIANO PIAZZA JÚNIOR**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986
Data da instalação: 18-5-1987
Data de implantação do PJe: 24-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte

Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-5-2021, p. 4.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 17-12-2020

Às 8 horas do dia vinte de maio de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020, na 15ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, situada na Avenida Augusto de Lima, 1.234 – 15º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Gastão Fabiano Piazza Júnior**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Gilmaria Rodrigues Rosa; os servidores Adriane Fernandes da Silva, Ana Luíza Prado de Medeiros, Ana Paula Gomes Fonseca, Dirce Aparecida dos Reis, Dulcinea Coelho Guimarães, Maria dos Reis Rocha da Cruz Oliveira, Pompeia Jorge Selim de Sales, Rafael de Moura Salles Proença e Simone de Carvalho Santos. Ausente a servidora Eliane Rodrigues de Faria Carvalho, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 309 processos, distribuídos neste ano até o dia 12-5-2021, apurando-se a média de 3,7 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 22 cartas precatórias, dentre elas 14 executórias, até o dia 12-5-2021, das quais 10 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 679 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 150 processos foram remetidos neste ano até o dia 12-5-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 28 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 12 processos com perícia designada.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 227 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 54 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 36 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (NUGEPNAC), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010325/19, 0010374/19, 0010485/19, 0010722/19, 0010649/19, 0011030/18: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente;

0011030/19, 0011037/19, 0010379/19, 0010229/19: sobrestados em razão de determinação condição suspensiva de exigibilidade de obrigação legal – Art.791-A § 4º CLT – Vencido o beneficiário da justiça gratuita, desde que não tenha obtido em juízo, ainda que em outro processo, créditos capazes de suportar a despesa, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 15a Vara					
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	27,96	28,85	26,95	18,12	27,24	26,95

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 12-5-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	42
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	159
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	23

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	31
--	----

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2011	1	10
2013	3	8
2014	3	7
2018	1	3
2019	7	2
2020	60	1
2021 – ano de referência	149	
TOTAL	224	0,59

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de maio até o dia 12):

Processo	Tarefa
0000419-83.2011.5.03.0015	Análise
0000365-49.2013.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0000627-96.2013.5.03.0015	Aguardando prazo
0002027-48.2013.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0000076-82.2014.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0001860-94.2014.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0001985-62.2014.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0011030-51.2018.5.03.0015	Aguardando final do sobrestamento
0010325-19.2019.5.03.0015	Aguardando final do sobrestamento
0010374-60.2019.5.03.0015	Aguardando final do sobrestamento
0010485-44.2019.5.03.0015	Aguardando final do sobrestamento
0010649-09.2019.5.03.0015	Aguardando final do sobrestamento
0010657-83.2019.5.03.0015	Aguardando audiência
0010722-78.2019.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0011069-14.2019.5.03.0015	Aguardando audiência
0010011-39.2020.5.03.0015	Prazos Vencidos
0010046-86.2020.5.03.0180	Aguardando audiência
0010067-72.2020.5.03.0015	Aguardando audiência
0010143-96.2020.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0010176-86.2020.5.03.0015	Aguardando prazo

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	272

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	2
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	148

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	1
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	549

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	23

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 15a Vara					
	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	67,09	62,70	59,49	54,43	59,13	60,00

Existem 739 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 456 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 282 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) 97 processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 12/05/2021

No ano anterior, até dia 12/05/2020 - havia 787 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 499 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 16 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 272 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de maio até o dia 12):

Processo	Tarefa
0088800-43.2006.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0073800-37.2005.5.03.0015	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0000312-73.2010.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0144400-44.2009.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0174200-20.2009.5.03.0015	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0058400-85.2002.5.03.0015	ANDAMENTO CANCELADO
0000818-44.2013.5.03.0015	DESPACHO
0001377-69.2011.5.03.0015	PETIÇÃO PARA JUNTADA

0001309-56.2010.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0000498-28.2012.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0094500-92.2009.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0000840-05.2013.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001528-64.2013.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001655-70.2011.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001281-20.2012.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0002633-76.2013.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0001676-12.2012.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0002127-71.2011.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0002200-09.2012.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO
0172000-40.2009.5.03.0015	ARQUIVO TEMPORÁRIO

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de maio 2021 apurado até dia 12):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	40	30
Fevereiro	41	33
Março	40	47
Abril	9	38
Maio	47	18
Junho	34	
Julho	46	
Agosto	95	
Setembro	45	
Outubro	33	
Novembro	59	
Dezembro	22	
TOTAL	511	166

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
	2						1										
FILIFE DE SOUZA SICKERT											8	13					
GASTAO FABIANO PIAZZA JUNIOR	38	41	40	9	47	34	26	89	45	33	51	2	30	33	47	28	2
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA																10	16
LILIAN PIOVESAN PONSSONI								4									
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL							19	2				7					
Totais	40	41	40	9	47	34	46	95	45	33	59	22	30	33	47	38	18

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de maio 2021 apurado até dia 12):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	143	84
Fevereiro	164	107
Março	145	135
Abril	55	97
Maio	149	51
Junho	163	
Julho	155	
Agosto	128	
Setembro	113	
Outubro	193	
Novembro	240	
Dezembro	227	
TOTAL	1875	474

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 12-5-2021, existem 9 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	0
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	6
Tutelas Provisórias Pendentes	3
Total	9

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 20-5-2021 havia 9 processos:

- a) **instrução por videoconferência:** 3 processos.
- b) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento por videoconferência:** 6 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010040/21, 0010237/21, 0010265/21, 0010332/20, 0010452/20, 0010286/21, 0010314/21, 0010316/21, 0010317/21.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 18-5-2021, 126 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 2 processos.

Exame dos autos dos processos 0010166/21, 0010204/21, 0010122/21, 0010834/20, 0010147/21, 0010750/20, 0010292/21, 0010812/20, 0010110/21, 0010046/21, 0010325/19, 0010374/19, 0010485/19, 0010722/19, 0010649/19, 0011030/18, 0011030/19, 0011037/19, 0010379/19, 0010229/19, 0010140/21, 0010148/21, 0010156/21, 0010160/21, 0010158/21, 0010540/20, 0010133/21, 0010137/21, 0010180/21, 0010225/21, 0010212/21, 0010584/20, 0010008/21, 0010056/21, 0010235/21, 0010839/20, 0010753/20, 0010748/20, 0010743/20, 0010195/21, 0010752/20, 0010312/20, 0010671/20, 0010273/21, 0010252/21, 0010206/16, 0010668/20, 0010224/20, 0010284/15, 0010452/19, 0011773/17, 0010767/20, 0010676/19, 0010791/20, 0010562/20, 0010836/19, 0010561/18, 0011856/16, 0011728/16, 0010427/17, 0010240/21, 0010092/21, 0010203/21, 0010226/21, 0010217/21, 0010112/21, 0010007/21, 0010152/21, 0010223/21, 0010202/21, 0010006/18.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000277-45.2012.5.03.0015	Arquivo
0000365-49.2013.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0000455-86.2015.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0001202-75.2011.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0001258-06.2014.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0001982-44.2013.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0010197-28.2021.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0010737-18.2017.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0010912-12.2017.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0011123-82.2016.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0016100-98.2008.5.03.0015	Cumprimento de Providências

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000705-95.2010.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0010732-93.2017.5.03.0015	Aguardando apreciação pela instância superior
0010256-50.2020.5.03.0015	Cumprimento de Providências
0010072-60.2021.5.03.0015	Aguardando audiência

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	18	27	-
Instrução processo físico	1.854	-	-
Instrução processo eletrônico	131	84	103

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	9	9	4/06/2021 – 11 dias
Procedimento Ordinário	9	9	4/06/2021 – 11 dias
Instrução	55	66	25/08/2021 – 69 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 12-5-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	293	99

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	102	303

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	4	2.842
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	100	662
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	2	3.863

Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	3	595
---	---	-----

No ano de 2021, até o dia 12-5, com 83 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	12-5-2021	Média dia/útil
Julgados procedentes	10	0,1
Julgados procedentes em parte	71	0,8
Julgados improcedentes	25	0,3
Extintos com resolução de mérito	2	0,02
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	108	1,3
Extintos sem resolução de mérito	11	0,1
Arquivamento	31	0,3
Desistência	19	0,2
Outras decisões sem resolução de mérito	21	0,2
Total sem resolução de mérito	82	0,9
Decisões de conhecimento	190	2,2
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	32	0,3
Decisões na fase de execução	55	0,6
Total	277	3,3

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2020	Média/dia útil
Julgados procedentes	32	0,1
Julgados procedentes em parte	209	0,8
Julgados improcedentes	55	0,2
Extintos com resolução de mérito	6	0,02
Outras decisões com resolução de	0	0

mérito		
Total com exame de mérito	302	1,2
Extintos sem resolução de mérito	60	0,2
Arquivamento	93	0,3
Desistência	37	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	35	0,1
Total sem exame de mérito	225	0,9
Decisões de conhecimento	527	2,2
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	88	0,3
Decisões na fase de execução	147	0,6
Total	762	3,2

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em abril de 2021, com 19 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	79	4,1
Conciliação em execução	7	0,3
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	1	0,05
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	0	0
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	19	1

Una/Una (rito sumaríssimo)	0	0
Total	105	5,5

No mês de abril de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 24 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, execução e liquidação no mês de maio 2021 apurado até dia 12:

Fase	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Janeiro	26	12	4	1	1	
Fevereiro	47	32	8	5		1
Março	23	39	18	1		2
Abril	6	27	2	4	1	4
Maio	18	6	1		4	2
Junho	26					
Julho	22		2		6	
Agosto	29		2			
Setembro	17		2		2	
Outubro	29		1		6	
Novembro	21		2		3	
Dezembro	21				1	
TOTAL	285	116	42	11	24	9

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS									1		1						
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS													1				
ERICA APARECIDA PIRES BESSA																1	
FILIPE DE SOUZA SICKERT											13	15					
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			1	1	1	1	2	1									1
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI										2							
GASTAO FABIANO PIAZZA JUNIOR	30	52	40	8	22	24	11	22	20	34	10		13	37	42	27	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1	2				2						
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA																7	7
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1	3						8									
LIZA MARIA CORDEIRO												2					
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL							15					5					
Totais	31	55	41	9	23	26	30	31	21	36	26	22	13	38	42	35	8

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de maio 2021 apurado até dia 12):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	51	39
Fevereiro	133	106
Março	69	148
Abril	2	102
Maio	53	40
Junho	115	
Julho	104	
Agosto	92	
Setembro	104	
Outubro	116	
Novembro	89	
Dezembro	82	
TOTAL	1010	443

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS								3	1		1			3	1	2	2
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS														1			
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA											1						
ERICA APARECIDA PIRES BESSA													1		2	2	
FILIFE DE SOUZA SICKERT											35	44					
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		1	6	2	2	2	3	1			2	2		1	2	4	1
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI									2		2						
GASTAO FABIANO PLAZZA JUNIOR	47	124	63		51	111	25	71	101	114	46		38	101	143	72	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						2	3		2		2	1					2
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA																30	35
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	4	8						17									
LIZA MARIA CORDEIRO												4					
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL							73					31					
Totais	51	133	69	2	53	115	104	92	104	116	89	82	39	106	148	110	40

Foram realizadas 102 no mês de abril, 58 audiências realizadas de 1-5-2021 a 18-5-2021 e designadas 54 audiências de 19-5-2021 até o dia 31-5-2021.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de maio 2021 apurado até dia 12):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	55	46

Fevereiro	109	79
Março	78	104
Abril	24	62
Maio	44	6
Junho	84	
Julho	56	
Agosto	73	
Setembro	61	
Outubro	91	
Novembro	66	
Dezembro	35	
TOTAL	776	297

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05
ADRIANA CAMPOS DE SOUZA FREIRE PIMENTA													1				
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA											1						
CHARLES ETIENNE CURY											1						
CHRISTIANNE DE OLIVEIRA LANSKY													1				
DANIELE CRISTINE MORELLO BRENDO LAN MAIA									1								
ERICA MARTINS JUDICE												1					
FILIPE DE SOUZA SICKERT	6									1	23	28					
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA			1					1									
GASTAO FABIANO PIAZZA JUNIOR	49	108	77	24	44	83	25	55	60	90	40		36	79	104	56	
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1											
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA																6	6
LILIAN PIOVESAN PONSSONI			1					9									
LIZA MARIA CORDEIRO												1					
LUIS HENRIQUE SANTIAGO SANTOS RANGEL							31	8				6	6				
MARITZA ELIANE ISIDORO													1				
SILENE CUNHA DE OLIVEIRA													1				
Totais	55	109	78	24	44	84	56	73	61	91	66	35	46	79	104	62	6

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de maio 2021 apurado até dia 12):

Mês	Ano 2020	Ano 2021
Janeiro	747	733
Fevereiro	994	889
Março	1061	1280
Abril	366	1110
Maio	922	295

Junho	1204	
Julho	1104	
Agosto	976	
Setembro	1151	
Outubro	1164	
Novembro	1212	
Dezembro	705	
TOTAL	11606	4307

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 12-5
Processos recebidos	1.014	764	309
Média por dia útil	4,5	3,2	3,7
Processos remanescentes do ano anterior	356	191	227
Sentenças anuladas	10	6	3
Total de processos para solução	1.380	961	539
Processos solucionados	1.196	776	297
Processos conciliados	382	249	107
Produtividade	86,66%	80,74%	55,10%

--	--	--	--

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 24,6% em relação ao número de processos recebidos no ano 2020. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 5,9%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 12-5-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	107
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	297

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	297
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	312

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	72
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	111

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 12-5-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	272
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	330

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	550
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	146

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 12-5-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	330
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	146
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	11

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	272
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do	550

	período de referência	
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	11

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 15a Vara				
Indicadores / Período de referência	Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021	2º trim 2021 01/07/2020 a 30/06/2021	3º trim 2021 01/10/2020 a 30/09/2021	4º trim 2021 01/01/2021 a 31/12/2021	
		Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,09	0,66	
	I02 - Pendentes	1.032	1.014			
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00			
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	83,08	89,34			
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	257,61	291,11			
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	1.458,48	1.265,12			
	I07 - Taxa de	32,09	33,55			

	conciliação (%)					
	I08 - Taxa de solução (%)	100,78	99,09			
	I13 - Taxa de execução (%)	156,90	157,85			
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	27,24	26,95			
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	59,13	60,00			
	I11 - Produtividade por servidor	108,36	105,18			
	I12 - Pendentes por servidor	80,73	78,91			
Meso	Acervo	0,14	0,21			
	Celeridade	0,39	0,39			
	Produtividade	0,46	0,43			
	Congestionamento processual	0,36	0,38			
	Força de trabalho	0,43	0,43			
Macro	IGEST	0,3557	0,3684			
	Posição IGEST	37	39			
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500			

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valores pagos aos reclamantes por execução, acordo ou pagamento espontâneo
R\$3.760.729,81	R\$1.487.390,53	R\$28.477.021,88

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/ 2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 99,63% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 93,86%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 97,39% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 106,97% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 81,94%.

Em 2020 a Meta “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 112,55%, de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 98,21%.

Meta 3 CNJ/ - 2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado foi de 124,43% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 117,72%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual

de 100,33% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 104,01%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ – 2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 30-4-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 30,34% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 55,05%.

No ano 2021, até o dia 30-4_-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 66,67% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 71,50%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 96,49%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 e 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento

No ano 2021, até o dia 30-4-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 101 dias, sendo de 190 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 83 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

Meta 11 CNJ 2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.



No ano 2021, até o dia 30-4-2021, a quantidade de processos legados pendentes era de 3 processos, estando o percentual de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total em 0,3%, sendo 0,48 % o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 18-5-2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet, esta unidade organizacional possui 2 processos migráveis.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da

Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

5) saneados os incidentes processuais pendentes, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

6) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2021, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

8) envidados esforços para o cumprimento da Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020;

9) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa

econômica federal) e
<https://www63.bb.com.br/portallb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

10) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

11) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

12) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo grau, disponível no sítio eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

13) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11h15min do dia vinte de maio de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 70/2021, publicado no DJE 6-5-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-



Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.

MARISTELA IRIS DA SILVA Assinado de forma digital por
MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806
Dados: 2021.05.31 18:01:49 -03'00'
MALHEIROS:30831806

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO DE Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2021.05.21 15:00:13 -03'00'
OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria